



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista realizada em: 3.5.2013

Hora: 14h30min.

Local: Sala de reuniões dos Colegiados Superiores

Entrevistado: Geraldo Queiroz dos Santos

Responsável pela transcrição: Kaline Faria de Araújo (bolsista)

Carlos Gomes: Bom, vamos dar início. Boa tarde a todos. Nossa reunião hoje conta com a participação do doutor Ivis e Geraldo Queiroz porque a professora Justina por um problema de trabalho não pôde vir. Antes de qualquer coisa nós queremos registrar a presença da professora Margarida que é diretora da editora da Universidade, que veio até nossa reunião e que muito nos honra. Nós já temos ratificado que na próxima reunião teremos os dois ex-reitores, Diógenes da Cunha Lima e Genivaldo Barros, certo? Eu gostaria que aquelas pessoas que ficarem encarregadas dos dois processos, relativos a Alberto Lima e a Rinaldo, que verifiquem alguma coisa que possa fazer exatamente as indagações a Diógenes, especificamente a Diógenes. Que a gente vai falar de uma maneira genérica. A professora teria algum informe a dar?

Margarida Dias: Tenho.

Carlos Gomes: Pois não, com toda satisfação.

Margarida Dias: Bom, é. Eu agradeço o espaço cedido. O professor Almir Bueno pediu que eu viesse aqui hoje porque eu sou a vice-presidente da Associação Nacional de História. Nossa Associação ela tem uma sigla que é ANPUH, que em 1961, quando ela foi fundada, foi intitulada como Associação Nacional dos Professores Universitários de História. Mas isso já modificou desde 1979, que é Associação Nacional de História. Mas nós preservamos a sigla ANPUH. Nós temos atuação desde 1961. Fazemos a cada dois anos um Simpósio Nacional e o 27º Simpósio Nacional ocorrerá este ano aqui em Natal. Natal nunca sediou este evento, e vai ser de 22 a 26 de julho. A perspectiva é que nós tenhamos oito mil participantes. Nós estamos com quatro mil e quinhentos trabalhos inscritos. Mais de cinco mil pessoas inscritas e em julho nós estamos esperando oito mil pessoas. A nossa entidade fez um convênio com a Comissão Nacional da Verdade. Neste convênio ficou estabelecido que a Comissão Nacional da Verdade vai buscar ajuda dos nossos sócios, dos que trabalham com História republicana, do Brasil republicano, para subsidiar por meio de suas pesquisas os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. E nós vamos ter durante o evento, no dia vinte e cinco, na quinta-feira, uma mesa redonda, sobre Comissões Nacionais da Verdade. Nós vamos ter um representante da África Do Sul, pelo pioneirismo da África do Sul nessas funções. Vamos ter um representante da Argentina e o presidente da nossa Comissão Nacional da Verdade. Essa mesa redonda vai acontecer a partir das 10hs da manhã, das 10hs às 12hs da manhã aqui no auditório da Reitoria. E o doutor José Dias, que é o presidente da Comissão Nacional da Verdade, solicitou que fosse feito logo após, ao meio dia, esse mesmo espaço para uma audiência pública da Comissão Nacional da Verdade. Então é... Na realidade... O que eu vim fazer aqui foi comunicar que houve essa solicitação, e como há um atendimento prévio da reitora em relação a esse evento para a gente trazer para cá. Ela deu uma carta de aceite, porque é um evento grande, vai mobilizar muitos espaços e esforços da Universidade, por isso nós entendemos que poderíamos assim autorizar essa reunião. Mas obviamente vocês são os nossos interlocutores principais nessa atividade. Então eu gostaria que a Comissão da Verdade da UFRN estivesse conosco na organização dessa atividade. Eu sei que uma audiência da Comissão Nacional, é ela própria que organiza e faz todo ritual. Ela já tem o procedimento próprio, mas de qualquer forma será importante nós nos juntarmos para efetivar essa atividade.

Carlos Gomes: Qual é o dia, professora?

Margarida Dias: Vai ser dia 25 de julho, uma quinta-feira.

Carlos Gomes: Essa reunião vai ser mesmo de que horas?

Margarida Dias: De 10hs às 12hs será a mesa redonda do evento sobre as Comissões Nacionais da Verdade. A partir do meio dia será a audiência pública.

Carlos Gomes: Professora, tenha certeza do nosso integral apoio. Naquilo que for necessário nós ficamos aguardando as informações.

Margarida Dias: O evento será de 22 a 26 de julho. Essa audiência vai ser no dia 25, na quinta-feira. Acho que no auditório da Reitoria. Eu agradeço o espaço e peço desculpas de não poder ficar, pois tenho outras atividades, infelizmente.

Carlos Gomes: Certo, professora. Pode ter certeza de nossa inteira colaboração. Então, nós vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje.

Edilson Pedro Araújo da Silva: É só para avisar que eu estive na reunião do Comitê Estadual da Verdade na sexta-feira passada. Na oportunidade Roberto Monte me perguntou como eram que andavam os projetos aqui, os trabalhos. Eu informei: é por parte do Comitê. Eles fizeram uma crítica com relação a pouca presença dos estudantes universitários na Comissão e da UFRN, instituição em si. Ele também criticou que não há uma interação muito forte. Só para acrescentar, ele me entregou também um material promocional, um banner, uns folhetos. Eu passo para a Kadma distribuir.

Carlos Gomes: Eu estranho porque acompanho... A posição nossa é eclética. São sete membros, têm três professores aposentados, tem um representante do sindicato, tem representante dos estudantes, tem representante dos funcionários e dos professores em

atividades. Então eu não sei exatamente. Possivelmente ele reclama que deveria ter na posição mais estudante?

Edilson Pedro Araújo da Silva: Isso. No caso, a reclamação foi na comissão de lá.

Carlos Gomes: Ah! Na Comissão de lá. Ah... Aqui não, porque aqui inclusive nós não temos um regulamento próprio. Nós seguimos a lei federal e a composição são sete membros e nós adotamos os sete membros e está razoável. Pelo menos está havendo. Aqui não há nenhum problema, porque aqui todos os bolsistas são estudantes. Eles têm sempre a voz aqui na nossa reunião e tem o representante do DCE. Então a reclamação deve ser para lá. Vamos então dar início. Claro que doutor Ivis, sendo uma pessoa que faz parte da comissão, não vai fazer questão de que comecemos pelo senhor Geraldo Queiroz.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Faço questão.

Carlos Gomes: Professor, a finalidade da nossa comissão é apurar possíveis violações aos direitos humanos dentro do âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Por aqui têm passado algumas pessoas que participaram do processo da vida política e acadêmica e têm nos revelado certos fatos que indicam que realmente houve – não tão grave assim – mas que houve repressão dentro da Universidade. Então, como você foi professor e foi reitor, a nossa pergunta inicial é a seguinte: Na sua gestão o que acontecia em matéria de pressão política, de natureza variada? Nós ainda estávamos no governo militar. Então o que é que você diz a respeito de acontecimentos ocorridos em sua gestão em relação a isso, a repressão?

Geraldo Queiroz: Boa tarde. Carlos, eu tive acho que muita sorte. E dou graças a Deus ter assumido a direção, a administração de Universidade Federal do Rio Grande do Norte num momento de redemocratização do país. Realmente eu assumi a campanha para reitor na minha época em 1990 e nós assumimos a Reitoria em 1991. Então nós já tínhamos passado inclusive até pela anistia. Inclusive eu tive o prazer de assinar alguns

atos anistiando alguns professores da UFRN. E a constituição de 1988. Então realmente eu tive essa sorte. Agora existem fatos que conseqüentemente eu vivi um momento de transição, inclusive fui o primeiro reitor. Porque o processo democrático tinha se estabelecido, mas ainda estava se construindo. Eu fui o primeiro reitor das Universidades brasileiras a ser designado por Collor de Melo. Então conseqüentemente era um processo frágil. O processo democrático era frágil. Inclusive, existe um fato na Universidade, não especificamente relacionado a um problema de ordem política... Revolucionária da época de 1964. Com dois meses que eu tinha assumido a Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, houve o problema da conta de verbas contingenciadas na UFRN, porque existiam várias ações judiciais tramitando no judiciário do Rio Grande do Norte, no Regional de Recife e em outros locais. Houve muito sequestro no orçamento da Universidade, nas contas da Universidade. Tivesse desprazer depois de dois meses que havia assumido a Reitoria. Nós fomos surpreendidos com isso. Houve vários sequestros de recursos e eu tive que fazer um apelo ao Ministério da Educação que estava contingenciando as verbas da Universidade. E como não houve a atenção devida nós marcamos uma audiência com o Ministro Quiareli, que foi o primeiro Ministro da Educação. Mas Quiareli, por conta de um encontro que nós provocamos com toda bancada do Rio Grande do Norte e pedimos a audiência a ele, expulsou-nos do gabinete juntamente com todos os parlamentares do Rio Grande do Norte. Porque dizia que eu havia me excedido nas colocações. Então isso caracteriza um momento de transição que a gente ainda estava vivendo. Mas eu vivi uma época na Universidade Federal do Rio Grande do Norte profundamente, mesmo com essa transição tranquila. Agora eu posso me reportar às coisas que aconteceram comigo como professor da Universidade. E aí de fato, eu realmente vou dizer, assim, sofri de impedimento para entrar na Universidade. Mesmo depois de ter feito um concurso na Universidade para a antiga Faculdade de Educação, foi o primeiro concurso que houve na Universidade em 1970, primeiro concurso para professor. Concurso para auxiliar de ensino. Naquela época existia figura do auxiliar de ensino. Eu fiz o concurso, passei e fui impedido de entrar na Universidade a partir de contatos da área militar com o reitor. Eu fiz o concurso em 1970. Eu ainda estava como Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Tinha sido eleito pelo MDB, na época eram dois partidos, inclusive o MDB era o partido de oposição e a Arena era o partido

governamental militar e nós tínhamos sido eleitos numa assembleia de quarenta deputados. Nós tínhamos sido eleitos com apenas três deputados do MDB. O deputado Pedro Lucena, Roberto Furtado e eu, e nós fomos surpreendidos. Meu mandato como deputado foi de 1966 a 1970. Mas como realmente eu não tive ânimo para continuar na vida pública, como cargos eletivos, eu já era professor da Faculdade de Jornalismo, de onde eu saí como aluno. Concluí a Faculdade de Jornalismo, fui da primeira turma, da Faculdade Eloy de Sousa. Tanto que depois foi incorporada à UFRN e resolvi fazer concurso. Já era professor da Faculdade de Jornalismo desde 1967 e inclusive autorizado pela assembleia porque naquele momento havia impedimento, mas houve uma autorização para eu poder lecionar na Faculdade de Jornalismo e eu fiz concurso para a Faculdade de Educação. Na época eu já tinha feito um curso de especialização em Jornalismo no Equador e resolvi fazer esse concurso porque me parecia que a carreira do magistério, para mim, me satisfazia mais que a carreira de Deputado ou a carreira política. E aí eu fiz o concurso, esse concurso na época a Faculdade de Educação funcionava lá, hoje Praça Cívica que era Praça Pedro Velho. Funcionava onde hoje é o colégio Anísio Teixeira. Funcionava a Faculdade de Educação juntamente com os Institutos de Ciências Humanas. Certo? Tinha a parte de Geografia, História. Que hoje compõem o CCHLA. Tinha uma disciplina que se chamava Técnicas de Educação, que reunia tanto a área da educação e comunicação. E eu achei que pela formação que eu tinha dava para fazer o concurso e realmente me inscrevi. Inscrevi-me e tive a oportunidade inclusive pelo fato de ser colega de trabalho também de Gernira. Não sei, talvez Ivis conheça, esposa de Heider Toscano de Moura. Eu tive a oportunidade de avisar a Gernira que avisasse a Heider que ia haver concurso na Universidade. E Heider inclusive se inscreveu na área de Geografia. Eu fiz concurso para Técnicas audiovisuais da Educação e várias pessoas dessa época foram concursadas. Ana Maria Melo, várias pessoas. Passei e inclusive fui o primeiro colocado na minha disciplina. Se não me engano, eu não pude assumir ainda o concurso, em março de 1970. Só pude assumir quando deixei a Assembleia em trinta e um de janeiro de 1971 e imediatamente assumi. Antes disso, eu me surpreendi logo depois do concurso com o convite do gabinete do reitor. Não era convite, era convocação, para que comparecesse ao gabinete do reitor, Doutor Onofre Lopes. E eu fui. Eu não tinha maiores conhecimentos com Doutor Onofre. Era uma figura, para mim, mítica, porque realmente era uma pessoa quem eu

admirava pela força, pelo esforço de construir a Universidade, pelo esforço de conseguir com que a Universidade se federalizasse. E fui atender ao convite. Chegando lá, encontro Denise de Felipe e Heider Toscano de Moura, a pessoa a quem eu realmente tinha dado a informação sobre esse concurso na Universidade. Pela convocação, nos termos da convocação, pelo telefonema, eu realmente suspeitei de alguma coisa, suspeitei realmente que aquilo fosse um impedimento para assumir o cargo na Universidade. Por quê? Porque eu, coincidentemente em 1968 no dia 13 de dezembro, quando foi estabelecido o AI 5, eu por conta de todo o fato que houve no Congresso para se punir Marcio Moreira Alves e houve aquela posição, os mais velhos se lembram, a posição que Djalma Marinho assumiu, e eu na Assembleia fiz um pronunciamento e também fiz uma declaração nos jornais... Congratulando-me com Djalma Marinho pelo fato de ter tido a posição que teve e de não ter baixado a cabeça ao que queriam os militares. Que era exatamente o impedimento do Márcio Moreira Alves. Ele renunciou inclusive à Comissão de Justiça, dizendo uma frase que inclusive ficou na história, “ao rei tudo menos a honra”. E aí eu me congratulei com Djalma por conta disso, e eu acho que também fui muito excessivo nas declarações aos jornais. Inclusive, coincidentemente, isso tudo eu guardo. Esse fato eu já contei por ser jornalismo eu já contei nos jornais. E aí, eu supus que podia ser um impedimento a minha contratação. Na época éramos contratados pela CLT. Certo? Ainda não existia o plano de cargo e salários. Nós éramos celetistas. E eu fui atender ao convite de Doutor Onofre. Cheguei lá e encontrei Denise e Heider. Nós não podíamos nos comunicar e lá ficamos aguardando. Eu fui o último a ser atendido. O pessoal saiu e não houve oportunidade de passar informação. E eu fui para o contato. Eu nunca vi tanta dignidade como eu vi em doutor Onofre. Ele puxou uma pasta que era maior que esta, disse, “olhe, os militares estão acusando de subversivos algumas pessoas que fizeram concurso, e há uma indeterminação para que a Universidade não contrate vocês, mas quem manda na Universidade sou eu”! E eu vou contratá-los. Mas num tom paternal me joga uma solicitação, “mas eu gostaria, eu pediria que vocês não se envolvessem em política na Universidade”. Eu disse: “Olha, doutor Onofre, eu sou professor da Faculdade de Jornalismo desde 1967 e nunca tive problema político, certo? Então conseqüentemente pode ficar tranquilo que eu não vou dar problema na Universidade”. E eu saí do gabinete depois de muita conversa e folhei rapidamente o que me foi colocado. Saí,

agradecei, e saí com uma impressão muito maior da honradez e da dignidade do ex-reitor Onofre Lopes, fundador da Universidade. E agradeço ainda hoje o fato, esse fato que ele fez. Eu não seria professor hoje, não teria sido professor e talvez não tivesse contando essa história aqui a vocês. Porque eu não teria ficado na Universidade.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Geraldo, para não perder o fio da meada, e Heider e Denise?

Geraldo Queiroz: Bem, depois aí Denise era minha colega de departamento. Eu tive muitos contatos com ela, inclusive planejávamos.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: E ficaram como professores?

Geraldo Queiroz: Ficaram sim. Heider, inclusive, era comunista! Era filiado ao Partido Comunista. Denise, inclusive depois nós conversamos. Denise era acusada. Eu necessariamente pelo fato de ter sido deputado do MDB. Denise pelo fato de ser da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Ela foi da campanha e inclusive dirigente da campanha. E Heider pelo fato de ser filiado ao Partido Comunista. Mas todos os três fomos designados e em homenagem a ele nós planejávamos muito. Denise e eu contávamos essa história, mas infelizmente foi embora, e não houve mais possibilidade de nós sentarmos para construirmos. No Departamento de Educação nós conversávamos muito. Foi uma amizade que nós construirmos muito grande por conta disso nesse período e por toda vida universitária. E com Heider também, realmente era outro centro e não tínhamos maiores contatos. Mas também até hoje permanece a amizade por Gernira.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Só aqui, quando você citou aí, eu não sabia desse fato. Denise não era militante. Ela foi primeira-dama da Uerto e foi minha namorada.

Carlos Gomes: Rapaz, olha aí.

Geraldo Queiroz: Então pessoal, foi isto que aconteceu conosco. Eu ainda hoje agradeço. Essa forma digna como o professor Onofre Lopes encarou o problema e nos contratou. Em vinte anos eu tive a oportunidade de fazer uma coisa que não era intencional, mas foi uma coisa que me surgiu e eu me senti uma pessoa grata a ele, pela posição que ele assumiu. Eu assumi a Universidade, a Reitoria da Universidade com dois dias depois, para você ver como administrador sofre. Quando assumi determinados cargos, principalmente cargos administrativos na estrutura de fiscalização, muitas vezes paranóica que existe no país. Eu assumi a Reitoria, com dois meses depois chega uma auditoria aqui, do Tribunal de Contas da União. Eu vou concluir essa história para depois entrar em outros fatos especificamente com a Comissão da Verdade. E uma das conclusões que a Comissão chega é a de que... Inclusive me manda uma determinação para que eu cancelasse, suspendesse o pagamento de vários professores da Universidade. Inclusive alguns já mortos há mais de vinte anos. Inclusive o fundador da Universidade, professor Onofre Lopes. Por que determinação? Porque o pessoal, todo esse pessoal eles tinham se aposentado na época que eles se aposentaram contando e arredondando o tempo de serviço. A legislação permitia que se fizesse isso. E houve a determinação para que nós fizéssemos. O que é que eu fiz? Se eu fizesse isso, toda comunidade do Rio Grande do Norte, usando um termo bem nordestino, cairiam de pau em cima de mim. E eu jamais poderia voltar à universidade, porque toda comunidade estaria perplexa diante de uma determinação que passaria a ser minha. O que é que eu fiz? Chamei a Procuradoria, chamei o departamento de pessoal e pedi para que o pessoal me levantasse, conseguisse e arranjasse todos os atestados de óbitos dos mortos, inclusive havia, se não me engano, doutor Floriano Cavalcante que tinha morrido há muito mais tempo que o doutor Onofre Lopes. Que tinha morrido há mais de vinte anos quando houve essa determinação. Então levantado todos os atestados de óbitos, tudo, mandei para o Tribunal de Contas. A Procuradoria fez um arrazoado dizendo que nós não íamos assumir aquela situação. Nós tínhamos razão, mas sabe quando nós viemos ter resposta do Tribunal de Contas? Quatro anos depois, quando eu já havia saído da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Então você ver como o administrador se depara com determinados problemas e se depara com determinadas situações profundamente constrangedoras e que muitas vezes ele tem que saber e tentar driblar essas coisas. Não é nem saber, porque muitas vezes você é pego de surpresa e

realmente não tem a experiência ampla para dizer não. Mas graças a Deus, houve lucidez para poder enfrentar o problema dessa forma e eu me senti muito gratificado pelo fato de ter sido grato a doutor Onofre pela posição assumida que eu relatei aqui para vocês anteriormente. Bem, isto é o fato que eu coloco, aqui inclusive aproveito a oportunidade para fazer uma homenagem a Denise e a Heider, merecedores e que comigo também enfrentaram essa batalha. E o que eu me surpreendi, que depois eu tive o cuidado de ir, quando abriram os arquivos do DOPS, eu tive o cuidado de ir lá. E saber o que é que existia contra mim. E aí isso é um fato que é uma suposição minha. Está lá, eu recebi minha ficha e achei profundamente estranho o que existia na ficha. Apenas um dado. Está aqui, a ficha diz o seguinte: o epigrafado é professor e se encontra proibido de ir ao exterior a fim de realizar curso de doutorado. Poderá ser interpretado como uma decisão de repercussão negativa para a revolução democrática de trinta e um de março. Veja-se a informação indicada na página anterior.

[Inaudível].

Geraldo Queiroz: A informação é de setenta e oito. Ficha aberta em 16 de janeiro de setenta e oito. Eu recebi no dia 15 de fevereiro do ano de dois mil. Quando os arquivos estavam abertos. O que é que eu suponho? Inclusive também por coincidência. Como tudo eu guardo, como tudo eu arquivo, eu tinha feito uma consulta à Universidade de Luvam na Bélgica para ir lá fazer o curso. E a última carta que eu tinha recebido de Luvam foi em 1977. 6 de julho de 1977. Essa informação é de 1978. O que é que eu suponho?

[Inaudível].

Geraldo Queiroz: O epigrafado é professor e se encontra proibido de ir ao exterior a fim de realizar curso de doutorado, vírgula, poderá ser interpretado como uma decisão de repercussão negativa para a revolução democrática de trinta e um de março. Eu não sei o que seria isso. Eu não entendi.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Realmente não.

Geraldo Queiroz: Também não entendi. Mas o fato, eu suponho, é que minhas correspondências eram violadas. Porque se sabia que eu estava tentando ir para o exterior fazer um curso. E se isso foi motivo de impedimento, eu não posso afirmar, mas suponho. Certo? Quero deixar aqui bem claro que não é afirmação, é suposição. É uma suposição que realmente faz sentido e, outra coisa, o que eu achei estranho é que isto não é oriundo da Universidade, esta informação foi originada na Cosern. Aqui diz, documento de origem, infonúmero 105, barra 77, ASI Cosern. De dezessete de março de setenta e sete. Por que Cosern? Única suposição também que eu faço é porque eu tinha dado um curso de técnicas de comunicação. Se eu não me engano em setenta e quatro. Que eu tenho aqui documento também. É que realmente me coloca como ministrante desse curso. É que eu dei vinte horas de uma aula lá. Eu não sei se foi realmente nessa época que foram passadas as informações e registradas. Então acho que era esse o depoimento que eu queria dar, e fico a disposição de vocês para qualquer pergunta que vocês tenham a fazer.

Carlos Gomes: Essa ASI da Cosern, você tem conhecimento que funcionava na Cosern?

Geraldo Queiroz: Não tenho a mínima ideia.

Patrícia Wanessa de Moraes: Era na Cosern sim.

Carlos Gomes: Pois não. Fique à vontade.

Almir Bueno: Em primeiro lugar, eu gostaria de dar as boas vindas aqui para o Professor Geraldo. Desculpe o atraso. Vim de Caicó. Ia dizer que eu entrei na Universidade em 1992 quando o senhor era o reitor e até ocorreu um fato. Não sei se o senhor lembra, mas não tem muito haver com período de repressão. Pelo contrário, tem haver com o período de redemocratização que se seguiu, que a gente ainda estava em

uma transição. O que eu gostaria até de mencionar é que desse ponto de vista as coisas estavam mudando um pouquinho. Não é? Eu estava recém chegado na universidade no departamento de História. Então eu fui, acabei sendo escolhido para participar de uma comissão para averiguar o problema de uma professora que não lembro o nome, não sei se o professor Spinelli lembra, que ela era lotada no departamento de História, mas morava nos EUA.

Geraldo Queiroz: Antônia Régia?

Almir Bueno: Antônia Régia mesmo. Como eu estava entrando na Universidade, aí o senhor chegou a atentar para o fato de que eu não poderia estar nessa comissão. No que hoje seria estágio probatório, não era exatamente isso. Mas é que nesse momento estava se modificando um pouco as coisas. Mas apurar casos de abandono de cargo.

Geraldo Queiroz: Deixe-me só fazer um esclarecimento aqui. É bom que se diga o porquê que Antônia Régia estava sendo questionada. Era uma professora que tinha sido contratada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nunca tinha dado uma aula na Universidade, nunca tinha comparecido à Universidade para assumir. Vivia em Brasília, parece que tinha seu escritório em Brasília, e a comunidade toda solicitou à Reitoria que tomasse as medidas necessárias para esclarecimento dos fatos. E nós tomamos todas as medidas relacionadas com todos os fatos que ocorreram dessa forma. Inclusive o de que Antônia Régia era professora e que de fato não era. E a comissão chegou à conclusão que deveria realmente fazer. Era presidida pela professora Denise Taquera. Então a comissão chegou à conclusão que ela deveria ser demitida. Como o reitor na época não tinha autonomia para fazer, tínhamos que mandar para o Ministério da Educação. Mandamos o inquérito todo para o Ministério da Educação e nunca houve a conclusão do inquérito lá em cima. Nunca, nunca!

Almir Bueno: E houve.

Geraldo Queiroz: Era a grande frustração do administrador, era fazer da...

Almir Bueno: E Houve até reações contrárias de quase a professora ter sido demitida por conta disso. E isso num período de pós Constituição e tudo. Mas o que eu queria era, aproveitando a deixa, é... Perguntar em relação à ASI aqui da Universidade. Ao que se consta ela foi extinta no governo Collor, não é mesmo?

Carlos Gomes: Foi, foi mesmo no governo Collor.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Formalmente.

Almir Bueno: Em 1990. Formalmente. É isso que... Minha pergunta vai nesse sentido. Nominalmente ela ainda existia.

Geraldo Queiroz: Não, não existia mais. A responsável não era mais da Universidade, já tinha se aposentado. Não sei. Mas não existia mais formalmente. Não existia mais a comissão, a gente sabia, como eu não tinha sido aluno da Universidade, eu tinha sido aluno da Faculdade de Jornalismo Eloy de Sousa. E realmente o meu contato com a Universidade passou a ser mais a partir do concurso que eu fiz e relatei para vocês. Mas quando eu entrei para ser reitor a ASI já não existia.

Carlos Gomes: Genivaldo foi antes ou depois?

Geraldo Queiroz: Foi antes, eu fui depois de Daladier.

Carlos Gomes: Genivaldo, houve um depoimento aqui. Que o Coronel José Renato falou que a ASI já tinha sido extinta e ele apenas estava aguardando a solicitação de Genivaldo que ele substituiu o Adriel. E ele apenas estava tomando conta dos documentos. Então não estavam mais aqui, estavam na Diretoria do MEC. Deve ter sido no período de Genivaldo Barros.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu posso fazer aqui um comentário? Isso é muito comum nesse tipo de processo, não é? À medida que se aproximava todos os

sinais da redemocratização, quem era do sistema começou a ser bonzinho, não é? Isto não funciona mais, quer dizer, quando Collor extinguiu através do decreto, ela já estava morta há muito tempo.

Carlos Gomes: Era, não tinha mais alimentação.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Aí todo mundo era democrata. Foi isso que aconteceu.

Carlos Gomes: Eu tive uma informação de Jurandir Navarro. De que só teria havido efetiva atuação da ASI na administração de Genário da Fonseca. Que para minha surpresa na Domingos Gomes de Lima, foi o terceiro, não é? Não teria havido. Sabe alguma coisa sobre isso?

Geraldo Queiroz: Repita aí.

Carlos Gomes: Jurandir Navarro conversando comigo, disse que a ASI só teve efetiva utilização na administração de Genário Fonseca. Que na de Domingos não houve. Eu até fico surpreso. E você sabe alguma coisa disso?

Geraldo Queiroz: Eu não sei.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu realmente tenho minhas dúvidas, mas eu acho que foi até aí, até a de Domingos. Era o mesmo sistema.

José Antônio Spinelli: Boa tarde a todos. Boa tarde, Geraldo, tudo bem? Veja bem, você falou que sua ficha no DOPS teve origem na ASI Cosern, mas veja... Você é um homem público. Foi deputado Estadual pelo MDB – o partido de oposição – que, embora oficial naquela época da Ditadura, tudo era subversão. Tudo cheirava a comunismo, qualquer manifestação de oposição de crítica era entendida como

subversão. E você, como homem público, não sei se você está subestimando isso aí, não é?

Geraldo Queiroz: Não, Spinelli, não é isso. É que como era uma informação específica de professor de doutorado, me pareceu estranho ser originada na Cosern.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Sim, mas me permita. O que ele está dizendo é que você já estava cadastrado.

Geraldo Queiroz: Sim, claro. Inclusive no dia 13 de dezembro, com o advento do AI 5 e antes as minhas declarações feitas até aqui, eu acho que elas foram até infantis. Na época não era para eu ter dado as declarações que dei. Eu tive que fugir daqui para Caicó à meia noite, com medo realmente de que chegassem lá em casa para me prender. E aí saí daqui com Anchieta Jacome e fui para um sítio lá de um amigo nosso em Caicó e depois quando cheguei aqui vindo de Caicó aí já tinha uma solicitação para que eu comparecesse à base área de Natal para responder lá...

José Antônio Spinelli: Veja o próprio discurso de Marcio Moreira Alves na Câmara Federal foi um discurso lírico. Propunha uma greve de sexo.

Carlos Gomes: [Risos].

José Antônio Spinelli: Mas veja, eu teria uma pergunta a fazer a você. Nesse período, você entrou em 1970, nós estávamos no auge da Ditadura Militar, justamente no período mais escuro, o governo Médici. E eu lhe perguntaria se você não presenciou, na condição de professor recém-ingressado, alguma atividade de repressão, alguma repressão à manifestação estudantil ou a algumas atividades dos professores? Pelas coisas que eu sei, o notório é que naquela época no período da Ditadura, com raríssimas exceções, não se permitia o estudo das obras de Marx ou de marxistas conhecidos. Eu fui fazer mestrado na Unicamp ainda na época da ditadura. A Unicamp era vista como um Oasis, pois lá se discutia o marxismo abertamente em sala de aula. Na USP um

pouquinho também. E isso era visto de forma admirativa, como uma coisa excepcional. Atribuía-se a relação muito próxima que o reitor, o professor Zeferino Vaz, mantinha com os militares. Ele foi o fundador da Unicamp, cedido do próprio governo militar essa tarefa e colocou como condição ter mãos livres para contratar os professores que ele quisesse. E foi assim que contratou alguns grandes cientistas brasileiros. Muitos perseguidos estavam fora do país, o próprio Cesar Late, grande físico, que saiu do país e teve que se exilar por perseguição política. Então eu perguntaria a você, na condição de professor, se presenciou ou não presenciou atos repressivos, ostensivos, mas também a essa repressão mais subterrânea, menos óbvias que existia no ambiente universitário.

Geraldo Queiroz: Não, eu como professor eu não presenciei. Presenciei como aluno. Um colega nosso, Carlos Alberto Lima, mas isso não na Universidade, mas na Faculdade de Jornalismo. Carlos era nosso colega de curso, e Carlos foi impedido. Foi preso inclusive na época de Djalma. E por conta disso, ele atrasou e não terminou conosco. Terminou dois anos depois. E depois a Faculdade o convidou para ser professor. Ele veio e, inclusive, pelo fato de sermos vizinhos, ele foi readmitido na Universidade. Ele foi anistiado. E outro foi Carlos Lira pelo fato de ser da Campanha de Quarenta Horas de Angicos. Era nosso colega de turma também. E Carlos passou algum tempo fora, assim como Marcos Vera. Depois que fiz concurso e vim para a Universidade, realmente não presenciei. Até certo ponto havia comedimentos por conta do medo também. O medo era permanente. Então isso fazia com que as pessoas evitassem determinados posicionamentos mais ostensivos. Eu me lembro na época de aluno de jornalismo porque foi em plena revolução. A gente saía muito. Fomos para o centro da cidade para comprar Brasil Urgente. Eu me lembro muito de Brasil Urgente. Depois de um determinado ponto a gente não fazia mais isso. Já não era mais “Brasil Urgente”, era movimento mesmo. Outros jornais, como com “O pasquim”, porque o medo era muito grande. Em sessenta e oito o medo era maior e conseqüentemente o posicionamento era menos ostensivo. Na redemocratização não, aí houve uma explosão de participação na Universidade. Eu acho que a gente administrar a Universidade nesse período de redemocratização era tão difícil porque era uma explosão tão grande que era complicado conter. E a gente tinha que conviver. Não era fácil, mas a gente convivia.

Carlos Gomes: Geraldo, como era o ambiente político nas duas faculdades? Na de Jornalismo e de Educação?

Geraldo Queiroz: Bem, foram duas realidades bem diferentes. Apesar do período, mas o período foi tão longo. Que aí existem essas diferenças. Na Faculdade de Jornalismo eu acho realmente que existia um temor muito grande por conta exatamente de dois colegas nossos de turma terem sofrido, no caso Carlino e Carlos Lira. Na faculdade, quando eu entrei como professor, na Faculdade de Educação era uma coisa, na Praça Pedro Velho, já em setenta, o pessoal mais calado. A gente não compartilhava muito ideias políticas. Havia o medo de se expor e consequentemente existir represálias.

Carlos Gomes: Muito bem, alguma pergunta a mais?

[Inaudível].

Patrícia Wanessa de Moraes: Aí o outro comentário.

[Inaudível].

Patrícia Wanessa de Moraes: Ela e uma amiga na marcha do soldado zombaram de um soldado e, por conta disso, ela foi chamada para depor.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Isso era em que ano?

[Inaudível].

Carlos Gomes: Esses recortes que você tem são aqueles que Roberto deixou?

Patrícia Wanessa de Moraes: Não, não.

Carlos Gomes: Quer dizer que o Adriel foi mais solicitado.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Na próxima reunião traga.

Geraldo Queiroz: Eu posso complementar sua informação? Olha, é o seguinte: depois de certa idade e agora com setenta anos a gente se faz autocrítica. Claro, exatamente eu fui deputado com vinte e três anos. E com vinte e três anos e principalmente naquela época não havia necessidade das minhas declarações. Eu até vou ler as informações que eu dei ao jornal. E conseqüentemente para vocês verem que não havia necessidade. Eu vou ler aqui o que o Diário de Natal publica em 1988, fazendo uma retrospectiva. “Geraldo Queiroz da minúscula bancada do MDB na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, aplaude a câmara e destaca a atuação de Djalma Marinho” Entre aspas “finalmente o poder legislativo tomou uma atitude contra opressão que se instalou no Brasil, depois de março de 1964. Até que enfim a Câmara soube manter uma posição de altivez contra os áulicos de baionetas na mão. Estão de parabéns os deputados federais que não se curvaram ante a prepotência e arrogância do poder armado. Está de parabéns o povo brasileiro e, principalmente, o do nosso estado, o representante deputado Djalma Marinho, alma e corpo desta vitória”. Eu acho que não havia necessidade, acho que houve excessos.

Carlos Gomes: Você estava pedindo para ser investigado.

Geraldo Queiroz: Eu acho que depois de mais maduro, mais idade, a gente fica mais contido talvez, não é?

José Antônio Spinelli: Permita-me discordar, Geraldo. Eu acho que foi muito bem colocado. Risos. Foi ótimo.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu gostaria de fazer uma observação. Ouviu, Patrícia? Quando um regime ditatorial está agonizando, acontecem duas coisas. Primeiro, todo mundo começa a ser bonzinho, mas aqueles que estavam naquelas funções, eles começam a ter uma nostalgia. Eu não acredito nessas declarações, que em 1985 a ASI estava funcionando, até porque, foi extinta bem antes. Deveria existir alguém brincando de espião. Desculpe a minha expressão, mas é isso mesmo. Brincando de espião, fazendo aquilo. Essa denuncia de Garibaldi como deputado, entendeu? Agora na realidade isso historicamente não tem nenhum sentido não. Tem valor esse conhecimento do fato, mas não devia haver, porque não havia mais clima. Em 1986 já houve eleição. Houve eleição direta e Garibaldi foi eleito prefeito.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Gostaria de levar cópia para casa para eu bolar as perguntas para a próxima reunião. Porque vêm os dois não é? Genivaldo e Diógenes. Olha, a verdade devagarzinho vai surgindo.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Patrícia, eu quero dizer também que eu não estou minimizando a atividade espionagem não, ao contrário. Ainda hoje existem pessoas que procuram fazer isso, o que estou querendo colocar é que na época não haveria mais nenhuma repercussão. Absolutamente nenhuma, não tinha mais força. O regime democrático já estava consolidado. Estava faltando só a Constituição.

Almir Bueno: Só mais uma coisinha, se o senhor me permite. É que isso surgiu na última reunião. Roberto falou dos deputados eleitos pelo MDB, a não ser que eu esteja equivocado. Parece que eu tinha ouvido Roberto dizer que tinham sido eleitos dois deputados.

Carlos Gomes: Eram três, Pedro Lucena.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu até tinha feito uma parte dele, dizendo que tinha lido o livro de Cascudo, em que estava vocês três nessa legislatura. Sobre a legislatura.

Geraldo Queiroz: Trinta e sete era o Arena Vermelha e três MDB.

Almir Bueno: E depois do seu mandato, em termos de atividades políticas partidárias, mais nenhuma?

Geraldo Queiroz: Política universitária.

Carlos Gomes: Mais alguma coisa?

[Inaudível].

Geraldo Queiroz: Professora Denise era formada em Pedagogia e exatamente fez concurso para a Faculdade de Educação. Se não me engano a disciplina estrutura de ensino primeiro e segundo grau. E professor Heider, eu não sei se a formação dele é Direito? Agora ele fez concurso para área de Ciências Humanas e para área da Geografia.

[Inaudível].

Geraldo Queiroz: E eu acho a coisa mais interessante ainda, pode-se acrescentar o que você está dizendo. Eu acho que era uma preocupação também de mostrar quem de fato administrava a Universidade. Era ele e os colegiados e não uma instância alheia externa à Universidade. Vim determinar o que era que tinha de ser feito. Eu acho que foi uma reação a essa imposição. De uma forma assim, muito firme e corajosa. Independente de sermos da área humanística ou da área médica, certo?

[Inaudível].

Carlos Gomes: Os depoimentos têm demonstrado realmente, diferente de uma ideia inicial, que o doutor Onofre era muito zeloso pela Universidade e era um homem corajoso. Porque aquela declaração de Roberto que ele deu um documento elogiando e justificando inclusive o fato de a Universidade haver celebrado um convênio com a campanha de “De pé no chão”. Ele deu uma declaração em favor de Djalma que, segundo Roberto Furtado, isso minimizou a pena. Foi realmente porque ele tinha coragem. Particularmente eu conhecia doutor Onofre e eu sei que ele era muito corajoso, era muito distinto. Às vezes até mais do que deveria, mas... Ele zelava muito a Universidade. Ele estava construindo a Universidade e qualquer coisa que acontecesse abalaria o processo.

Almir Bueno: Eu acho que o que Patrícia tenha querido falar a gente tem uma prática, o pessoal de História principalmente. É que esses depoimentos dizem da personalidade do senhor Onofre em termos de coragem e de se bater contra os militares nessa ingerência. Talvez possa também manifestar algum traço de personalismo, autoritarismo talvez. É a Universidade e quem manda sou eu aí, mais que os militares, quem manda sou eu! Então também é um traço que deve ser levado em conta também, as coisas nunca são tão preto no branco.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Até agora os depoimentos em relação a Onofre são todos favoráveis. Em sentido genérico. Da luta, houve até um depoimento aqui, que ele chegou a gritar dentro do quartel de polícia quando viu o local onde estavam presos os presos políticos de várias faculdades. Então ele não admitia.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É preciso ter cuidado. Eu, por exemplo, convivi muito com Carlos Augusto. Não conheço um homem mais democrata, mais amigo do estudante. Pode ser que ele tenha sido chamado para prestar uma assessoria jurídica, possivelmente sem

saber qual era a finalidade da ASI. É a primeira vez que eu escuto algo sobre Carlos Augusto. Carlos Augusto era... Eu conheço fatos de Carlos Augusto incríveis. De subir as escadas do palácio e rasgar documento. E dizer: “fui eu, diga que fui eu”.

[Inaudível].

Geraldo Queiroz: Não, eu não sei. No birô do reitor era que tinha uma, mas acho que não era da ASI não.

Carlos Gomes: Se ele foi depois de Genivaldo, essa documentação já não estava mais aqui. Estava no prédio da Rodoviária Federal, da Polícia Rodoviária Federal. Havia uma sala do MCE lá. Isso aí foi uma suposição do Coronel José Renato. Ele sabia que toda documentação parava nesse local.

Patrícia Wanessa de Moraes: Olha, se vocês vieram atrás da documentação da ASI, ela está na Junta Militar. Aí, a gente sabia que não estava lá, mas ficamos pensando, onde tem fumaça tem fogo.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: É o Comando Militar do Nordeste, o nome hoje é esse.

Carlos Gomes: É o órgão de recrutamento ali na Ribeira.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Não, é no Comando Militar do Nordeste.

Carlos Gomes: Eu posso até pedir a reitora que indague. Parece que antes tinha a ID sete, o Comando Geral que ainda existe. Acho que hoje é em Recife. Para saber se eles têm algum documento da ASI, porque por determinação do governo eles têm que liberar. A ASI não é documento privativo do Exército.

Geraldo Queiroz: Carlos, eu tenho uma colocação para fazer aqui, eu tenho uma preocupação com problemas de arquivos. Esse arquivo do DOPS eu consegui a informação no Arquivo Público do Estado. Eu não sei. Um livro até objeto de estudo. Um trabalho que nós encontramos cinquenta anos depois de censurado na época do Estado Novo. Nós encontramos o trabalho do professor Clementino Câmara e esse trabalho fundamentou toda minha tese, todo meu estudo feito. “Da jirigonça do Nordeste, a fala proibida do povo”, uma dissertação feita há algum tempo aqui. Dissertação de mestrado. Inclusive este processo nós devolvemos ao Arquivo Público e eu acho... Não sei, nunca mais estive no Arquivo Público, me parece que o arquivo está meio, está precisando de um posicionamento de algumas instituições tipo a Universidade para que se preservem os documentos. Eu alertaria isso, sob pena da gente perder muita coisa importante.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Nossa memória corre um risco muito grande. Olha, eu já noticiei a reitora sobre essa situação. Não pedindo uma medida emergência, mas que ela pense no caso. Para que se crie um arquivo de vergonha. Eu já mandei para ela isso. Porque realmente, eu que sou hoje do Instituto Histórico, a situação é mais do que caótica. Eu nunca vi a falta de interesse de preservar a memória. Existem documentos no Instituto Histórico de grande valor. Lá não existe climatização. Encostam-se na parede documentos novos, quando se vai tirar fica o pedaço. Quer dizer, isso parece uma doença, o Rio Grande do Norte não quer ter memória. Aliás, o pessoal de História espero que dê um arrocho nesse negócio aí, porque...

Almir Bueno: E quando estava fazendo doutorado, eu pesquisei tanto no Arquivo Estadual quanto no Instituto Histórico. E as condições sempre foram as das mais precárias. A questão de jornal, eu não sei como está hoje, mas a gente pesquisava no jornal e as mesas ficavam bem atrás da janela, e quando dava um vento ia virando jornal.

Carlos Gomes: Hoje está bem pior. Nós tomamos medidas severas lá, estamos celebrando um convênio com a Universidade para digitalizar. Já tem alguma coisa digitalizada. Mas vamos tentar salvar. O Corpo de Bombeiros já declarou: risco de incêndio.

Almir Bueno: Já tem uma parte dos jornais digitalizada aqui na Biblioteca Zila Mamede. Jornais *A República* até os anos sessenta.

Carlos Gomes: Precisamos de um lugar adequado para o arquivo, pode ser até a velha Faculdade da Ribeira, por que não?

Geraldo Queiroz: Eu fico até satisfeito ouvindo essas informações, porque a minha pesquisa foi em dois jornais de Natal todos os exemplares de 1937. *A República* e *A Ordem*. O *A República* eu fui lá não existe mais nada, nada desse período. Então quando você me disse que até sessenta e quatro a universidade tem o Instituto Histórico, então isso já é uma grande informação. *A República* não existe e tinham mandado para o Arquivo Público, aí para o arquivo público do Estado pior ainda.

Carlos Gomes: É, e eu sei que a Arquidiocese tem excelente centro de documentação. Esse é o único que é adequado. Há uma irmã, que não lembro o nome, irmã Vilma, dizem que ela tem um amor muito grande por esse trabalho.

Patrícia Wanessa de Moraes: Está organizado porque foi uma parceria com a Universidade.

Carlos Gomes: Então, nós queremos que o Instituto Histórico se adéque. Ele é o grande fornecedor de documentos, mas não tem nada do que foi pesquisado. Queremos agora ter. Tudo indica que vai haver brevemente um site do Instituto Histórico como *link* no sítio da Universidade. Porque a gente quer que a Universidade tome de conta de tudo. Nós não temos condições. Sabe qual é a sobrevivência do Instituto? Cento e cinquenta sócios dos quais cinquenta por cento são inadimplentes. A R\$120,00 por ano. É tudo

que a gente tem. Pegamos o Instituto com uma dívida de R\$15.000,00 de água e funcionários com mais de dez anos sem carteira assinada, atrasado desde janeiro deste ano. Essa é a nossa situação. E o bolso velho aqui tirando para pagar todo mundo lá. E eu não tenho retorno. A gente não vai ter não. Mas eu assumi. Mas professor Geraldo, mais alguma coisa? Considerações gerais aí. Sobre esse trabalho de resgate. Que eu até recebi um e-mail hoje de uma de nossas bolsistas, de Lucila dizendo que já está havendo um movimento para querer rever a O que o senhor acha da Comissão da Verdade revisar a Lei da Anistia?

Geraldo Queiroz: Não, veja o seguinte, eu agradeço inclusive o convite e qualquer outro momento que vocês precisem eu estarei à disposição de vocês e inclusive porque também acho que até já tinha me colocado à disposição da Comissão Estadual. Roberto esteve lá em casa nos convidando e eu fiquei à disposição não para participar. Inclusive eu estava até querendo, mas não quero dirigir mais nada. Mas fico à disposição de vocês. Acho que realmente é importante. E é importante para a gente e faz parte da nossa própria função, como acadêmicos, pesquisar e ir às questões de forma mais aprofundada que puder. Muito obrigada e fico à disposição de vocês a qualquer momento.

Carlos Gomes: Pois não professor, e nós agradecemos sua gentileza. No início da sessão, esqueci de uma coisa: a nossa ata. Todos receberam cópias. Se não tiverem emendas eu considero aprovada.

Patrícia Wanessa de Moraes: Uma coisa, só a título de curiosidade. Quando nós fomos pesquisar no Arquivo Público, nós fomos as primeiras pessoas a pesquisar lá. Imagina.

Carlos Gomes: Eu acho que uma das coisas que a nossa comissão vai colocar nas conclusões é solicitar de uma forma bem veemente que a Universidade crie, já que está havendo um *boom* de construções aqui, um local adequado para um arquivo, mas um arquivo para anos, para o futuro. Não é uma salinha estreita ou um depósito. E a reitora me disse que tem um projeto para recuperação da Faculdade de Direito no prédio da Ribeira, até porque já há uma decisão judicial e, além disso, nós temos claras as placas

dos concluintes. E aquilo ali retrata a história, um tempo, e estão num buraco qualquer, num porão aqui da Universidade, pelo menos do curso de Direito e outros cursos não. Eu já tenho visto aí tudo organizados, mas os de Direito do Centro de Ciências Sociais Aplicadas jogaram em algum buraco aí. Isso é triste. Não é só a vaidade de ter uma placa, mas ali é um pouco “história”. Eu entendo assim. Muito bem, então, vamos agora ouvir o doutor Ivis, que é um dos componentes daquela turma, não é? Alguns já vieram aqui, inclusive a turma de Medicina tem nos dado muitas informações interessantes, não é? Parece que a turma foi bem visada naquele tempo. Nós vamos ouvir agora doutor Ivis. Ivis, ele se despoja da condição de membro da Comissão da Verdade e fica aqui como depoente. Então ele tem a palavra para dar. Registra onde ele se situa neste universo.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Bom, eu relutei muito aqui em fazer esse depoimento, professor Carlos Gomes, porque, primeiro, eu acho que não tenho muita coisa para contar, e segundo, eu já tenho participado aqui, acho que eu sou o maior aparteador. Apenas porque somos mais velhos e, conseqüentemente, assistimos a muita coisa. Mas como testemunhas. Na realidade eu não participei do movimento estudantil secundarista. Ao entrar na Universidade eu comecei a militar na política universitária, estudantil universitária, cujo foco era a Faculdade de Direito na época. E eu tinha um relacionamento muito grande com o pessoal da Faculdade de Direito, pessoal que éramos todos de Petrópolis, não é? Ribeira ali, aquela. A Universidade nesse tempo era toda lá, não é? Quer dizer, a maior parte era lá. E nós tínhamos esse bom relacionamento. Aqui eu tenho que fazer uma definição ideológica. Eu costumo dizer aos meus amigos que o meu perfil político e ideológico hoje é o mesmo que eu tinha no meio do meu curso de Medicina em 1970. Foi quando eu fui eleito presidente da UEE. E aí, essa informação é importante para explicar porque eu fui eleito presidente da UEE. Eu era estudante de Medicina, no meio do curso já participando do diretório acadêmico e da própria UEE. E eu era um social democrata muito ligado ao pessoal do PCB, velho partidão. Mas não era. Eu tive até a oportunidade de dizer aqui, alguém que veio aqui e falou, eu fui aluno do cursinho de Marciso, mas não me converti e agora totalmente. Eu nunca fui filiado ao “partidão”. Tinha muitos amigos que eram e tinha muitos amigos na então JUC. Que depois evoluiu para Ação Popular. Avançou, mas deixou o “C” de JUC

e depois Ação Popular Marxista Lenilista, mas na época era Ação Popular. JUC e em seguida Ação Popular. E aí, como eu, a política universitária brasileira a UNE, o último presidente do “partidão” foi mais ou menos antes presidente da UEE, antes de eu ser presidente da UEE. E a partir daí, de 1969, todos eram da JUC apoiado pelo “partidão” como sempre na sombra, por trás. Então era uma frente única que derrubou a “direita” da UNE nesse período até sua extinção. Até depois que eu deixei a UEE – e já expliquei isso aqui –, eu tinha que terminar meu curso de Medicina nos dois últimos anos quando eu terminei meu mandato, que foi de 1960, outubro de sessenta, era um ano só. Em 1961 eu continuei participando só das assembleias, mas em 1962, e depois desses dois anos, eu não fiz mais política universitária, porque eu me internei na Maternidade Escola, onde era nosso departamento de ginecologia para concluir meu curso... Mas o que eu estava querendo dizer era o seguinte: esta frente, PCB, JUC e AP, derrubaram a direita que dominava a UNE, todos até 1964. No meu ano era um baiano, que é desconhecido, Oliveira Mainais, mas logo em seguida foi Aldo Arantes, que foi deputado federal, não é? Teve Nice Caldeira Branque. José Serra foi presidente, todo esse pessoal a essa altura já era AP. E durante a minha participação na UEE nós tivemos aqui um Congresso Latino Americano de Estudantes que envolvia duas grandes organizações internacionais, que essas eram divididas a UIE, que era ligada aos partidos “comunistas”, e o CLAI, que era o Congresso e a COCEC. Então, esta frente única funcionou muito bem no Brasil até o golpe de sessenta e quatro. Então a minha participação foi praticamente muito breve, porque foi... Vamos dizer... Do segundo até o quinto ano de Medicina. Foi muito pouco tempo e deste grupo que alguns estiveram aqui foram meus calouros e eu acompanhei, fiz políticas com eles, mas em 1964 eu já não era mais médico e costumo dizer que estava asilado em Açu, mas eu fui para lá antes do golpe. Fui trabalhar num hospital.

Carlos Gomes: Você terminou em qual ano?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu terminei em 1963. E em 7 de janeiro eu fui junto com outro colega – Emilio Salem Filho – trabalhar e abrir um hospital da Fundação SESP, que era uma organização que tinha convênio até com o governo americano. Mas era um hospital público. E era uma fundação pública.

[Inaudível].

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Aonde? Não, era um acordo com o governo americano que eles subsidiavam, mas era uma fundação pública brasileira. Serviço Especial de Saúde Pública. Então eu passei dois anos lá, de 1964 a 1965. Eu costumo dizer que estava asilado lá. Não foi premonição não, mas do ponto de vista político eu não teria sido talvez, pelo fato de ter presidido a UNE por praticamente um ano e meio. A UEE, juntamente com a UNE, eu fui em 1963, em 7 de setembro de 1963 após a renúncia de Jânio. Jango que estava na China, não é? Estava voltando, houve uma tentativa de golpe e Brizola, governador do Rio Grande do Sul, criou a cadeia da legalidade, a frente da legalidade e tal. Machado Lopes que deu o aval e a UNE participou. Logo depois disso, a UNE fez um conselho nacional que era periódico em Porto Alegre, em 1961. Obrigada aí pela correção. Que foi quando eu estava na UEE. Então o conselho a UNE, que era periódico, fez um extraordinário no Palácio Piratini. E Brizola dando todo apoio. E então, como eu disse, o fato de eu ter em janeiro ido para o interior, fui mais ou menos esquecido, embora eu não valorize muito a minha participação política. Isso foi um momento como vocês todos sabem de uma efervescência política muito grande. Que veio mais ou menos de 1965, governo Juscelino, não é? Cinquenta e oito e foi crescendo, não é? Então era uma efervescência política muito grande. Revolução Cubana de cinquenta e nove e então a partir daí. O que eu estou aqui... Aqui todo mundo é praticamente cientista político, cientista social ou Historiador, não é? Eu acho que sim. E de Direito também, o que eu estou querendo reforçar aqui, lembrar, que é uma coisa que tem sido pouco discutida aqui. O golpe de 1964, ele foi todo arquitetado pelo Departamento de Estado da Guerra Fria. Todos nós sabemos disso. Na época não se falava muito nisso. Primeiro porque não se podia falar, segundo porque não havia ainda muita informação. Mas vocês sabem que o embaixador Lincoln veio para o Brasil para isso. E era Kennedy o presidente. Do Partido Democrata e tinha um glamour muito grande. E isso eu estava me lembrando de referir. Ouviu Patrícia, porque este sistema era sofisticadíssimo. Porque foi implantado no governo americano aqui. Essa foi a missão do Lincoln e do Gordon. Foi para fazer isso. Estimularam golpes e ditaduras militares, todas não é? Eu não sei até se eu estou minimizando, mas eu acho que a do Uruguai foi um pouco mais e a do Brasil. Mas a do

Chile e da Argentina foram muito mais sanguinárias que a nossa. Então o sistema era sofisticadíssimo. Eles sabiam de tudo. E nós não sabíamos, só viemos saber muito tempo depois. Bom, mas voltando aqui ao meu depoimento pessoal, então eu fiquei dois anos em Açu, fui algumas vezes a Pendências. Lá eu conheci o pai de Geraldo, o senhor Chico Queiroz, grande líder lá na terra dele, foi prefeito de lá, mais de uma vez?

Geraldo Queiroz: Não. Só uma vez

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Só uma vez, mas a partir daí ele nomeou todo mundo. Nomeou que eu digo, com o prestígio dele elegeu muitos prefeitos de lá. E eu me decepcionei com a prática da Medicina, a falta de resultados da Medicina. E eu tinha um convite do professor Leide Morais que era o diretor da Maternidade e chefe do departamento, desde o começo para ficar lá. Durante o tempo em que eu estava em Açu meu pai me mandou uma carta. Naquele tempo não tinha telefone, não era? Dentro um recorte de jornal, acho que do “Diário de Natal”, com uma convocação, com uma comissão inquérito militar do dezesseis RI. Não me lembro de quem era o presidente da comissão, mas não era famoso não. O primeiro foi ter sido uma convocação pelo jornal.

Carlos Gomes: Convocação nominal?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Não, não. Citando. Convido fulano e fulano. Era a comissão de inquérito para apurar as atividades da União Nacional dos Estudantes. Eu fui presidente da UEE que era filiada à UNE e participava dos conselhos da UNE. Mas no meio disso aí, quer dizer, entre os não citados, eram poucos, tinha um – José Marcílio Furtado. Meu colega de assembleia, meu conterrâneo. E já a essa altura era vereador, eu acho. Ele foi vereador antes de ser deputado. Nem sei se ainda era Arena, mas era UDN.

Geraldo Queiroz: Na Arena ele já foi como deputado.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Isso, já foi como deputado. E ele era uma pessoa conservadora. Já estava dentro da política conservadora. E aí quando vi os nomes ele foi daquele período que eu citei aqui da UNE, a direita. Foi no pacote. E aí, eu disse: quer saber de uma coisa? Eu não vou a Natal responder isso.

Carlos Gomes: Então você viu só pelo jornal?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Foi sim. Eu estou certo do ponto de vista jurídico?

Carlos Gomes: É, não foi intimado. Sabe no que deu isso?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Não, acho que não deu em nada.

Carlos Gomes: Então você nunca chegou a ser processado nada?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Não. Nada. Josemar Azevedo me deu uma notícia que ele tem aí um catatau maior que o seu aí, e eu disse que depois quero saber. Não, mas ele tem todas as cópias. Então eu perguntei: “professor, o convite está de pé?” Ele disse: “sim”. Trabalha de graça por um tempo e depois é contratado. Era uma seleção que não era concurso público. Eu disse: não, eu venho que eu já não aguento mais lá. Estava sem estímulo nenhum. E aí eu vim em 1966. E a situação era aquela já falada pelo Geraldo, todo mundo na moita. Na realidade não era um clima de terror. Era uma autocensura, todos nós, agora, era um clima pesado. E havia a espionagem, tinha a ASI, denúncias. Esperava-se Geraldo tentar fazer um curso na Europa que... As coisas eram veladas, sutis.

Carlos Gomes: Oficialmente não havia nada?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Havia sim. E no Rio Grande do Norte não houve luta armada, como houve retração pela política. A tortura era nos pobres,

operários, camponeses. Tortura também em estudantes universitários. Mas não existe tortura maior nem menor, mas ela foi mais seletiva para os operários camponeses. Passa um primeiro momento, os estudantes eram meus calouros. Então me tornei professor e não encontrei meus conterrâneos que eram meus grandes amigos. Arruda, Lali, Ginane que foram presos e perderam meses, quase anos do curso. Esses tiveram que fazer uma diáspora. E foram fazer residência fora porque achavam que, do ponto de vista político e de técnicas, resolveram fazer carreira fora. E nós perdemos grandes profissionais, grande figuras, e esse foi um efeito colateral grande do golpe.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É que ele ficou um tempo fora.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Então essa diáspora de alunos e professores... De professores foi menos. Foi uma sequela e tanto. O golpe da perseguição. No caso de Moacir, foi logo em sessenta e quatro. Ele foi demitido, preso e foi arquivado.

Carlos Gomes: Todos foram.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Mas ficou lá. E quando foi readmitido na UFRN ele pediu transferência para a UFRJ. E Conceição fez concurso lá, foi aposentada. Ele já é falecido, ela não. Eu tive a honra e o prazer de ser um dos indicados na entrevista dela no Memória Viva da TV Universitária. Bom, mas eu vou querer finalizar. Eu, Patrícia, não é por causa de nossa conversa não, não houve nem divergência. Foi tão falada essa história de Onofre, que eu quero falar aqui um depoimento. Ninguém puramente santo, ninguém puramente... O professor Onofre, ele era um homem muito determinado, essa Universidade deve muito a ele, por causa da obstinação dele. É um homem com viés autoritário, mas não é um autoritário policial. Um autoritário, não é a toa que ele dirigia e era professor do hospital. E ele era rígido e justo. Aí foi diretor da Faculdade de Medicina. Então ele era zeloso da Faculdade de

Medicina e depois reitor. A Faculdade era estadual e depois se federalizou. Então aquilo era o sonho dele. E ele fazia concessões, num golpe. Quem sou eu para dizer que ele deveria ter renunciado. Ele fez muitas concessões, não foi Geraldo? Agora, na realidade o governo determinou limites. Então ele ajudou professores e estudantes até onde ele pôde. Certo? Quando Geraldo começou a falar, eu pensei que ele tivesse falado Geraldo. Não dar certo não. Mas foi diferente. Ele tinha realmente uma dignidade, ele ajudou mais do que... Agora ele tinha... Ele era um homem de caráter libado. Era muito solidário. E fez concessões. Uma das concessões que fez designar Genário da Fonseca como presidente da Comissão de Inquérito. A segunda foi, e isso é um julgamento pessoal meu, que eu observei na época... Foi concordar que Genário fosse o sucessor dele. Estou fazendo um julgamento aqui, pois acho que sucessor dele não seria Genário. Pelo o que eu conheço dele não seria Genário.

Carlos Gomes: Ali foi uma imposição.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Foi a maior concessão que ele fez. E que eu acho que fez um grande mal à Universidade. Não é um erro, mas uma das maiores concessões que ele fez. O perfil do homem era esse, um homem com suas virtudes e seus defeitos. Mas, em minha opinião, se não fosse ele nosso reitor, com todo respeito que ele tinha em todos os níveis, a nossa Universidade teria sofrido muito mais. Alunos e professores.

Carlos Gomes: É porque ele pegou, era estadual para a federalização. Então ali era uma luta muito grande.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Uma luta grande. E ele teve muita dificuldade.

José Antônio Spinelli: Quem pôs o nome de Genário? Foi Dinarti, veio de cima do governo militar?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Ninguém sabe de nada.

Geraldo Queiroz: Quem indicou o nome de Genário? Não pensei que fosse o de doutor Onofre.

Carlos Gomes: Genário deve ter se insinuado. Uma das coisas que eu acho que deveria se resgatar é a questão de Genário ser considerado o fundador da Universidade, quando na verdade ele foi aluno da Universidade.

José Antônio Spinelli: Mas deve-se saber quem apadrinou.

Carlos Gomes: Não está certo dizer que ele foi o fundador dos docentes da Universidade, quando ele foi aluno daqui. Como é que pode? Uma pessoa que estudou aqui ter sido fundador? As concessões chegaram a esse ponto, não é? De passar à mão ou aceitar certas indicações. Que não são verdadeiras. Já morreu não tem o que fazer. Foi uma passagem infeliz.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É. Possivelmente ele tenha ido ali mais como olheiro. Para isso Onofre tinha que ter forças para não se submeter às condições, para isso ele tinha poder.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Ao se juntar a pressão do regime também tinha a partidária.

Carlos Gomes: Tinha. E eu conheço muitos fatos que não cabem aqui. Em que ele está confabulando com uma pessoa e de repente passar um general.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Essas eram as minhas considerações.

Almir Bueno: Terminou?

Carlos Gomes: As considerações: vamos lá. Na verdade, em vários depoimentos que ocorreram aqui, você atçou muito e mostrou que na época você fazia parte. Então você aqui está ratificando os detalhes. Mas seu depoimento não ficou só nisso aqui não, você tem várias intervenções.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: É, tenho.

Almir Bueno: É um pouco nisso que eu gostaria de deixar registrado aqui na Comissão que, eu tenho aprendido muito com o doutor Ivis e com todos que aqui já passaram, mas claro que com o doutor Ivis como membro da Comissão tenho aprendido muito. Até de reviver como estudante um pouco do movimento estudantil. Eu sou de uma geração de 1960 e eu militava em São Paulo, no movimento estudantil universitário e que as coisas, tanto lá quanto cá do movimento estudantil, das tendências políticas, partidárias, elas tinham suas nuances e aí é justamente nisso que eu queria enfatizar. É porque ficou um pouco assim, aqui e ali na Comissão aquela ideia que o pessoal de humanas é um pessoal mais subversivo, e o pessoal das tecnológicas ou da saúde é menos. A geração atual tem um pouco essa ideia. E com o depoimento do doutor Ivis e outros médicos que vieram aqui... Eu também lembro de que na época em que eu militava no movimento estudantil, em São Paulo, em meados dos anos setenta, é... A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo era uma das que era mais mobilizada. E que tinha muita militância inclusive boa parte das assembleias eram feitas ali na Avenida Doutor Arnaldo. Então ficam meio cristalizadas essas ideias que umas áreas são mais e têm um espírito mais crítico, não é? Mas não é bem assim.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu acho que hoje é assim.

Almir Bueno: É. Hoje. Mas mesmo na área de humanas, hoje essa consciência, essa militância, é sempre um pouco menor, os tempos são outros, não é? Mas a gente falava semana passada que na área de medicina boa parte do pessoal que militava era da área da saúde pública. O pessoal ligado ao sanitarismo. Talvez uma proximidade com essas questões do povo.

Carlos Gomes: Era pior do que hoje, não sei.

Almir Bueno: É. E o senhor já como professor da universidade, como foi essa relação?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: É mais ou menos aquilo que Geraldo falou não é? Havia uma repressão velada. Nós tínhamos a autocensura. E uma atitude defensiva totalmente justificável, porque não tinha sentido nenhum. Mas nós tivemos aqui nessa Comissão. Eu acho um dos pontos importantes, já vários exemplos de vetos, de ameaças veladas, de certos sustos que se dava. E Geraldo deu um testemunho hoje, graças ao reitor na época. Eles três conseguiram ser professores. Porque ele mandou chamá-los. Que ele não era homem de fazer média com ninguém. Mandou chamá-los porque para ele houve alguma coisa. Chegou um veto sutil.

Geraldo Queiroz: Era um veto escancarado, era uma pasta militar.

Carlos Gomes: Os discursos de colação de grau aqui eram todos fiscalizados. Tinha uma história de saber o que o orador ia falar. Tudo isso. Tranquilamente uma repressão.

[Inaudível].

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu gostaria de concluir aqui, citando um episódio que é cômico e fiquei na dúvida se eu falei para alguém em off ou contei publicamente aqui. Mas eu acho que foi em *off*. O Ministro da Educação veio, acho que era Jarbas Passarinho, veio a Natal e foi à inauguração do Hospital de Pediatria atrás da Maternidade Januário Cicco. E o professor Leide pediu para nós irmos todos. Aí vinha Onofre com aquele andar dele e Jarbas. Ele parou e segurou no botão da minha camisa que era um gesto assim. Ai Jarbas também parou. Aí ele segurou no botão da camisa e falou assim: este aqui era o “comunistão”. A expressão que ele usou.

Carlos Gomes: [Risos].

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Este aqui era o “comunistão”, mas eu já o tomei. Aí eles deram uma risada e saíram. Eu disse: eu era o único absorvido. [Risos]. Quer dizer, isso era uma coisa típica dele.

[Inaudível].

Ângela Ferreira: A gestão extremamente autoritária, vocês como docente, principalmente nessa década de setenta com o movimento estudantil e aí a Medicina retomou seu papel, não é? Fundou o Diretório Acadêmico de Saúde, muitos estudantes de Medicina estruturaram o movimento estudantil ali na área da saúde. E ainda era num momento muito difícil ali na Faculdade de Medicina. E a Maternidade se destacava como uma das piores. Como você se sentia, e aí só fazendo um depoimento testemunho, como social democrata como você se intitula e isso aí eu pude testemunhar como profissional de saúde, também como aluna que fez movimento estudantil na área da saúde, a gente não tinha centros acadêmicos, a gente tinha o DA de saúde. Mas o pessoal de Medicina era o mais atuante. Então a gente sempre encontrou um aliado, porque é interessante que, naquela época, pelo menos na Odontologia, os nossos docentes eram quase nossos inimigos, nossos adversários. Tanto que minha turma não homenageou nenhum docente. Porque era uma forma de protesto, porque achávamos que eles eram adversários mesmo. E era uma faculdade muito difícil. E já foi citado aqui que um professor passava informações. Doutor Pipolo, acho que ele ainda está vivo. Seria interessante que ele viesse, mas ele vai negar tudo com certeza. Como você se situou aí?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Veja, não sei se você conversou muito com seu pai sobre esse período nosso, mas acho que... O professor Leide Moraes, que era o chefe do departamento e diretor da Maternidade. Eu o sucedi na direção da Maternidade. Ele era um disciplinador. Então ele zelava muito pela disciplina, que era fundamental num hospital e tal. Mas ele era muito democrático. Ele não era – Geraldo o conheceu – de direita. Sofreu uma influência muito grande no sentido político de Leon, um democrata; e eu, Adelmario. E ele convivia muito bem com isso. Ele não era de direita, ele era um gestor democrático do hospital. Que eu acho que foi muito

importante. Eu fui seu sucessor, mudou o perfil, mas a disciplina se manteve do mesmo jeito. Então se criou essa coisa.

Ângela Ferreira: Os alunos tinham pavor!

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: É... Talvez quem fosse vagabundo não queria. Porque exige plantão, é uma especialidade de urgência.

Geraldo Queiroz: Eu vou fazer uma interferência aqui só para colocar uma observação muito pessoal.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Geraldo foi reitor com ele e diretor.

Geraldo Queiroz: Não. Eu vou colocar uma observação muito pessoal. Acerca de duas unidades. A Faculdade de Odontologia e a Maternidade. Uma análise que eu faço de uma forma muito pessoal. A partir da estrutura central que se estabeleceu dentro da Universidade. Nós tínhamos grandes faculdades aqui em Natal: a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito e Faculdade de Educação. Quando houve a vinda dessas faculdades para o campus e se estabeleceu a estrutura centrada, houve um retraimento, houve uma diminuição, não era da importância, nas condições dos cursos, os cursos se estabeleceram em departamentos antes. Eu acho que, tanto Odontologia como a Maternidade, por conta dessas características que Ivis colocou, ficaram isoladas em suas células e foram as únicas que resistiram a essa fragmentação que houve dos cursos. Não sei se vocês percebem.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu acho que preservaram também a qualidade. Preservaram de fato a qualidade. Eu acho que houve esse fato positivo. Elas preservaram essa qualidade que já existia, tanto na Maternidade quanto na Faculdade de Odontologia. E os cursos que vieram para cá foram se recompor depois de muito tempo. A própria Faculdade de Educação era enorme e se transformou em departamento de Educação sofreu muito. Recuperou-se e hoje é um centro da Universidade. Mas de

qualquer forma houve esse impacto muito grande nesses cursos existentes. A Faculdade de Serviço Social que também se recompôs, mas depois de muito tempo. Aí eu acho que esse dado é positivo tanto da Maternidade quanto de Odontologia.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: O sentido que falo é na questão da disciplina. Que é fundamental no serviço de saúde. Aí você sabe: a juventude é meio rebelde e tal. Mas dentro do departamento o clima era excelente. Era uma família. Se você chegou a falar com seu pai isso.

Ângela Ferreira: Eu estou falando na visão dos estudantes.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Sim. É natural.

Carlos Gomes: Essa vinda dos cursos para o campus foi proposital. Ela começou a quebra... Aliás, o professor Edgar Barbosa entrava aqui irritado. Porque realmente se você olhar a disposição do campus parece o de um campo de concentração. É tudo de costa um para o outro, não há uma ligação entre eles. Uma ala parece que não tem nada haver com a outra, é como pavilhões. Isso inclusive foi feito pelo arquiteto que era genro, sobrinho de Jarbas Passarinho. Então ele não olhou o que era ventilação, nada. Ele se irritava, ele dizia que parecia um campo de concentração.

Ângela Ferreira: Professor Ivis, não havia ninguém com coragem de fazer uma fala lá na Maternidade. Assim, em época de campanha estudantil era sempre muito temeroso ir à Maternidade fazer uma campanha, uma fala. Existia um temor enorme.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Confesso que não sabia desse temor.

Carlos Gomes: Bom minha gente, há uma coisa aqui que eu queria. Professor Ivis tem mais alguma consideração?

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Não. Só isso aí.

Carlos Gomes: Eu estou preocupado porque nós estamos chegando ao meio do ano, não é? Eu havia no início feito uma divisão aqui, cheguei até a falar para vocês. Para a gente começar a escrever alguma coisa. Eu vou repetir, porque o que era de Justina Iva, o professor Spinelli poderia ficar. Eu tinha encarregado Justina de escrever o período de exceção na UFRN. Para a gente já começar a fazer nosso relatório. Ivis seria a ação estudantil no período militar. O representante do DCE: a participação dos diretórios e centros dos cursos da universidade no período de repressão; professora Ângela com o movimento sindical no tempo da ditadura; e Moisés com a situação do funcionalismo no período de restrições constitucionais. Então cada um dentro da sua área. O professor Almir, eu gostaria que ele falasse, porque ele está fazendo a pesquisa do movimento no interior, não é? Como ele é professor de História, eu gostaria que ele levantasse a situação dos *campi* no período militar. Que seria a Universidade fora do contexto da capital. Qualquer outra sugestão. Eu vou fazer a introdução, eu vou começar a falar desde o clima anterior, desde a Revolução de 1930. Porque a coisa não começa em quarenta e seis? Então de trinta, passando por trinta e sete, não é? Até chegar a quarenta e seis que foi outro período no Brasil.

Almir Bueno: Eu tinha até pensado alguma coisa nesse sentido. A fim de apresentar alguma coisa sobre o interior.

Carlos Gomes: O professor Spinelli vai falar sobre o período de repressão dentro da Universidade. Você vai falar do contexto histórico, o que contribuiu para eclodir esses movimentos. Porque depois que se instalou a República no Brasil começou aquele problema de São Paulo, a Revolução Constitucionalista. Seria interessante falar, pôr o Brasil no contexto. Porque esse trabalho que nós vamos fazer pode até ser transformado em livro. Para justificar o porquê das coisas. Quando eu leio certos estudos de filosofia, eu vou para a biografia das pessoas. Ajuda demais. Eu escreveria: será que Hobbes teria escrito outra obra que não o “Leviatã”? Não. Porque vivendo o que ele vivia só podia pensar em segurança. Então é bom a gente saber desse contexto, porque o militar entrou nessa, achou que deveria modificar. O que eu recebo já dar para escrever muita coisa. O que eu sinto é que há um movimento velado querendo que volte alguma coisa. A gente pode ter diferença ideológica e tudo, mas o que eu recebo sobre a presidente da

República, no mínimo, é uma falta de respeito. A gente sente que querem construir um clima. Então temos que ter muito cuidado.

Kadma Maia: Então, os trabalhos dos meninos no Arquivo Geral da UFRN já foram concluídos. Nós temos muito material. Além desse material aquele colhido junto a Fundação José Augusto e também os depoimentos que já estão sendo transcritos. Já vamos fazer análises de documentações referentes à ASI. Que vai dar subsídio a tudo que vai ser escrito.

Carlos Gomes: Já podemos constatar que houve repressão dentro da Universidade. Não houve aquilo que a lei traz violação aos direitos humanos. Eu estou ansioso porque em algum momento nós vamos nos transformar em tribunal, nós vamos julgar dois casos. O caso de Rinaldo Barros e o caso de Alberto Lima. Então é preciso que as perguntas que serão feitas na próxima reunião sejam bem pertinentes para forrar mais essa história.

Kadma Maia: Então a nossa proposta é até a próxima reunião nós já termos visto e estudado todo material da ASI. Porque tem muita coisa sobre Diógenes. E no contato que eu tive com ele, ele disse que tem muita coisa para falar.

Carlos Gomes: Eu sei que o professor Genivaldo foi mais assim para terminar o mandato dele em paz.

Kadma Maia: Num dos materiais que as meninas pegaram tem um caso de um aluno que foi expulso da residência universitária em oitenta e cinco porque tinha ideias. Ele era homossexual e era militante assumido.

Carlos Gomes: Terá saído por qual motivo? Quem era o reitor na época?

Kadma Maia: Então foi em 1985. Genivaldo. Eu sei que o aluno era de jornalismo, entrou em 1981 e saiu em 1985. Ele vai levantar para sabermos se tem alguma coisa de caráter político.

Carlos Gomes: Eu até vou entrar em contato com Daladier sobre uma comissão de juristas para julgar casos de servidores e é interessante que ele fale sobre isso. Ele criou essa comissão para rever algumas questões. E listar os presidentes da ADURN. E foi Dorinha que deu o nome de Crutaque na administração de Onofre. Maria Lali requereu integração.

Juan de Assis Almeida: Não, professor. Porque, nesse caso, esse aluno que foi expulso por ser homossexual. Essa briga foi parar na Justiça Federal e o Juiz José Augusto Delgado, que era professor aqui da Universidade, aprovou a expulsão do aluno.

Carlos Gomes: É... Deve ter havido alguma coisa, se isso não trazer subsídios para a gente não falamos, pois é algo constrangedor. Agora uma coisa, Juan, é interessante depois ver a história de Lurdinha, porque com a revelação que Carlos Augusto foi membro da ASI, Lurdinha deve saber muita coisa. Porque para mim era um fato que eu ignorava totalmente. Eu o tinha como um liberal, todos os estudantes o adoravam, amigo do estudante.

José Antônio Spinelli: Eu estou preocupado aqui com a elaboração desse relatório. É necessário saber o que contém nos documentos, pois não podemos inventar algo. Temos que planejar. Para não escrever sempre relacionando as partes.

Carlos Gomes: Nós temos uma sala de reuniões. É lá que nós temos nossos arquivos. Já encerrou? Então eu declaro encerrada a reunião.